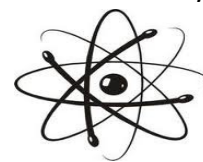




O NÚCLEO



40 ANOS 25 de ABRIL



A Revolução de Abril de 1974 é um marco maior da história do Povo Português. Preservar e evocar a sua memória é uma tarefa de todos os democratas. As raízes profundas que deixou no Povo Português evidenciam-se do facto de mesmo depois de 38 anos de poder contrarrevolucionário e políticas destrutivas, ainda hoje várias chamas da Revolução se manterem acesas. 40 anos passados do 25 de Abril de 1974, estas raízes dos valores de Abril no presente projetam-se como aspirações e necessidades objectivas para o futuro de Portugal.

Comemorar os 40 anos do 25 de Abril é lembrar o fascismo e combater o branqueamento da história. O Fascismo em Portugal suprimiu as liberdades mais elementares; implementou a censura; reprimiu violentamente qualquer oposição; criou o partido único fascista (União Nacional), a milícia fascista (Legião), a organização fascista e paramilitar da juventude (Mocidade Portuguesa); erigiu a polícia política (PIDE/DGS) que perseguiu, prendeu, torturou, assassinou; exilou, torturou e matou no campo de concentração do Tarrafal. Salazar e Marcelo Caetano apoiaram o golpe fascista de Franco em Espanha e ajudaram Hitler e Mussolini na 2ª Guerra Mundial. O Fascismo arrastou o Povo Por-

tuguês e os povos colonizados para uma injusta e sanguinária guerra de exploração.

Comemorar os 40 anos do 25 de Abril é lembrar a resistência heróica do Povo Português. A resistência ao Fascismo durante os 48 anos de opressão foi uma dura batalha que deve orgulhar todos os democratas antifascistas que não renunciaram e se entregaram, de forma abnegada, à luta pela liberdade, pagando, por vezes, com a própria vida. O PCP teve um papel destacado na resistência desde o início da ditadura, tendo sido o único partido que resistiu à ilegalização. A promoção da luta popular pela liberdade e da unidade e criação de organizações democráticas e antifascistas tiveram no PCP a principal força dinamizadora. As lutas nos campos e nas fábricas, pela jornada de trabalho de 8 horas, as greves e manifestações contra a carestia de vida, as crises académicas, as eleições presidenciais de 1958, foram momentos, entre muitos outros, em que o combate à ditadura e às suas políticas se tornaram bem visíveis.

Comemorar os 40 anos do 25 de Abril é também defender as suas conquistas, agora mais que nunca ameaçadas. O poder político formado na sequência do levantamento militar estava

cheio de contradições e nem todos os intervenientes tinham quebrado completamente a ligação e proximidade ao anterior regime. Foram as massas populares que impuseram as maiores conquistas da revolução, assumindo-se como a vanguarda. Só assim foi possível conquistar as diversas liberdades individuais e colectivas, como a sindical; conquistar efectivas melhorias da condição de vida do povo; conquistar a Reforma Agrária e as nacionalizações (nunca se produziu tanto em Portugal!); conquistar o efectivo direito à Saúde, à Segurança Social, ao Ensino Universal e Público.

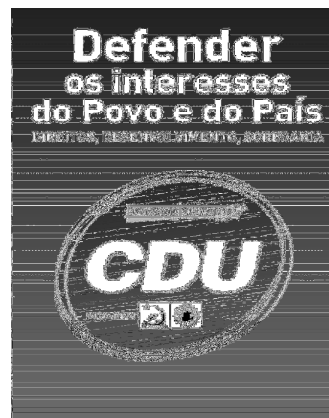
Hoje assistimos aos maiores ataques às conquistas da Revolução e à Constituição desde o 25 de Abril. É a desvalorização do trabalho com os cortes nos salários e reformas; é o aumento do horário de trabalho e a precarização dos vínculos e das vidas; é a destruição do serviço nacional de saúde e da educação universal, pública, gratuita e de qualidade; é a subserviência ao imperialismo, minando o regime democrático e a soberania do país.

Urge então que individual e colectivamente assumamos a luta em defesa dos direitos conquistados e que imponhamos a retoma dos caminhos de Abril.



Editorial

A participação nas **comemorações dos 40 anos da Revolução de Abril**, afirmando as suas conquistas e valores, a participação nas **comemorações do 1º de Maio**, que deve constituir uma poderosa afirmação dos trabalhadores em defesa dos seus direitos e o reforço da CDU nas **Eleições Europeias**, constitui um fator essencial para a derrota da política de direita, para afirmar e defender os interesses nacionais e para abrir caminho a uma alternativa política, patriótica e de esquerda.



2 Abril - 38 anos da Constituição da República Portuguesa

Portugal tem futuro com a Constituição de Abril!

A Constituição é inseparável do processo revolucionário de Abril e da prolongada luta do povo português que viu nela reflectida as suas aspirações e as suas realizações traduzidas em conquistas, mudanças e transformações. A Constituição de 1976 teve desde o momento da sua construção, inimigos declarados que em sucessivas revisões (7) a mutilaram e empobreceram, limitando o seu alcance e conteúdo progressista, mas também inimigos dissimulados como se tornou evidente nas práticas governativas anti-constitucionais de quase quatro décadas de política de direita.

Hoje estão à vista as consequências trágicas para a economia nacional, para as condições de vida do povo e para a soberania e a capacidade de autodeterminação de Portugal do conjunto destas decisões, e com particular e imediato impacto na economia e desenvolvimento do País a adesão à Moeda Única. A gravidade da nossa evolução é revelada por um crescendo de problemas e dificuldades que conduziram o País à actual crise. Uma evolução onde está patente o aprofundamento da divergência com os níveis médios de desenvolvimento dos outros países europeus, níveis de crescimento económico magríssimos, crescente aumento do desemprego, da dívida pública, das dívidas das empresas e das famílias, manutenção dos nossos défices estruturais, pior distribuição do rendimento, maiores desequilíbrios regionais. O que se tem vindo

a passar nos últimos três anos, tem sido um permanente ataque à Constituição, aos direitos e aos princípios nela consignados: ataques contra os rendimentos do trabalho; desregulamentação do direito do trabalho; agravamento fiscal; ataque aos serviços públicos que deviam garantir os direitos à saúde e à educação dos portugueses; políticas de redução e destruição das prestações sociais, que atingem os mais idosos, os desempregados, os doentes, os deficientes e os jovens; políticas de radical redução do investimento em todos os domínios, fomentando o desemprego; degradação da justiça; regressão da política cultural. Nos últimos três anos, dois Orçamentos do Estado elaborados pelo actual Governo que o suporta, o de 2012 e o de 2013, contiveram normas declaradas inconstitucionais, enquanto o de 2014 se encontra pendente de fiscalização no Tribunal Constitucional, devido ao agravamento dos cortes nos salários e pensões, o mesmo acontecendo com o Orçamento Rectificativo, a chamada "convergência das pensões". Por outro lado, instituições internacionais como a Comissão Europeia ou o FMI que, perante a escandalosa passividade do Presidente da República, do Governo e da maioria parlamentar, se permitiram tecer considerações ameaçadoras acerca do que o Tribunal Constitucional Português deveria fazer ou deixar de fazer. Trinta e oito anos passados sobre a sua aprovação, nunca

como hoje foi tão importante afirmar o valor democrático da Constituição. Quando um Governo não se conforma com as regras de funcionamento de um Estado democrático-constitucional, é esse Governo, e não a democracia, que está a mais. A soberania da República não pertence ao Governo. Pertence ao Povo, que a exerce segundo as formas previstas na Constituição. A legitimidade do Governo decorre da Constituição, e não há crise económica ou compromissos internacionais que possam ser invocados para justificar a imposição de um estado de excepção que afaste ou torne irrelevante a ordem constitucional democrática. Na verdade, a Constituição da República continua a ser uma Constituição das mais progressistas da Europa, garante de importantes direitos políticos, económicos, sociais e culturais dos trabalhadores e do povo. Portugal não está condenado à submissão e à dependência! É possível assegurar, com outra política, a soberania e a independência do País. Uma política inspirada nos valores de Abril que, em conformidade com a Constituição da República e os seus princípios fundamentais, tal como a que é proposta pelo PCP aos portugueses. Passados 38 anos, a Constituição Portuguesa, apesar das mutilações, continua a ser um importante instrumento de luta pela defesa do regime democrático. Cumpre a todos os que estão com os valores de Abril, defendê-la.

Trabalhadores da ULisboa juntos pela reposição das 35 horas

O Sindicato dos trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas (STSPSSRA) tem vindo a realizar desde o início do ano, reuniões com os trabalhadores das diversas unidades orgânicas da Universidade de Lisboa. Estes plenários têm tido uma elevada participação, o que é bem representativo do interesse dos trabalhadores em, por um lado, se esclarecerem sobre as últimas alterações legislativas, que mais não são que a continuação da retirada de direitos, por outro, colocarem os problemas concretos de cada unidade orgânica, discutindo-os e apresentando propostas. Demonstra-se, assim, que o sindicato são os trabalhadores e que é nesta dialéctica que se constrói a unidade, permitindo alcançar melhores condições para os trabalhadores.

Foram já apresentadas Propostas de Acordo Colectivo de Entidade Empregadora Pública (ACEEP), para reposição das 35 Horas, no Instituto Superior Técnico, na Fac. Direito, na Fac. Letras, Fac. Medicina Dentária, Fac. Ciências, envolvendo os trabalhadores na discussão dos mesmos e promovendo abaixo-assinados, que acompanharam as propostas com o objectivo de as reforçar. Até ao fim de Abril serão recolhidas as assinaturas e entregues as propostas de ACEEP na Fac. Farmácia e na Reitoria. É crucial fazer crescer esta onda de participação e a convicção de que não existem inevitabilidades. Cabe, agora, aos Presidentes e Directores das escolas assumirem as suas responsabilidades, assinarem os Acordos Colectivos e implementem as 35 Horas, como já fizeram o IPL de Coimbra e a Fac. de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

Presidente do Técnico concorda mas não assina

A proposta de ACEEP, apresentada pelo Sindicato para a redução do horário de trabalho para as 35 horas semanais mereceu a concordância do Conselho de Gestão do IST na sua reunião de 6 de Fevereiro. No entanto, esta concordância não foi seguida pela assinatura do ACEEP e respectivo envio à Direcção Geral do Emprego Público para depósito, e que tem sido o procedimento habitual na maioria dos Acordos, apresentados pelo Sindicato. O Presidente do Instituto Superior Técnico optou pelo envio de um ofício ao Secretário de Estado a Administração Pública, com o objectivo de obter deste acordo ao "protocolo negocial", o que quer que isto queira dizer. Sendo um defensor da Autonomia Universitária porque não a usa para benefício de todos, como já o fizeram o Presidente do Instituto Politécnico de Coimbra e o Director da Fac. de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa implementando as 35 horas.

40.º ANIVERSÁRIO

REVOLUÇÃO **ALMOÇO**
25 **COMEMORATIVO**
ABRIL
 DOMINGO ' 27 ABRIL ' 12H30
 SÃO JOÃO DA TALHA
 PAVILHÃO JOSÉ GOUVEIA



No ano em que se comemora o 40º aniversário da Revolução de Abril, a 38ª edição da Festa do Avante!, que terá lugar a 5, 6 e 7 de Setembro, dará centralidade aos Valores de Abril no Futuro de Portugal, nas suas diversas dimensões, olhando a história, o presente e projectando o futuro, em festa e em luta, dedicando-lhe, nomeadamente, a exposição do Pavilhão Central e a realização do espectáculo de abertura, na sexta-feira dia 5 de Setembro.

Compra já a tua EP

€21, e poupa €11

Centros de Trabalho do PCP

Esta Gente

Esta gente cujo rosto
 Às vezes luminoso
 E outras vezes toscos

Ora me lembra escravos
 Ora me lembra reis

Faz renascer meu gosto
 De luta e de combate
 Contra o abutre e a cobra
 O porco e o milhafre

Pois a gente que tem
 O rosto desenhado
 Por paciência e fome
 É a gente em quem
 Um país ocupado
 Escreve o seu nome

E em frente desta gente
 Ignorada e pisada
 Como a pedra do chão
 E mais do que a pedra
 Humilhada e calcada

Meu canto se renova
 E recomeço a busca
 De um país liberto
 De uma vida limpa
 E de um tempo justo

*Sophia de Mello Breyner Andresen,
 in "Geografia"*



Eleições para o Parlamento Europeu

A política de direita em Portugal e a da União Europeia são duas faces de uma mesma moeda que visa o aumento de lucros dos grandes grupos económicos e financeiros através da intensificação da exploração e a destruição de direitos dos povos europeus. Na Europa tal como em Portugal não há solução para a superação da crise social e para um desenvolvimento económico harmonioso sem a ruptura com estas políticas e seus executores.

Portugal tem de romper com o rumo de crescente submissão e subordinação externas, tem de defender os seus interesses e afirmar o direito ao seu desenvolvimento económico soberano. Nada pode obrigar Portugal a renunciar ao direito de optar pelas suas próprias estruturas socioeconómicas e pelo seu próprio regime político. Nada pode obrigar Portugal a aceitar a posição de Estado subalterno no quadro da EU e a alienar a sua independência e soberania nacionais.

Tal como o PCP alertou, a União Económica e Monetária (UEM) e o Euro confirmaram-se como instru-

mentos de intensificação da exploração e de domínio económico. A propaganda da coesão e solidariedade e de que o Euro serviria de "escudo" contra uma crise "externa" caiu por terra e hoje são já muitos os que se questionam sobre uma reconfiguração ou, mesmo, implosão da UEM.

As próximas eleições para o Parlamento Europeu são um importante momento para, através do reforço da CDU, expressar a vontade de uma profunda mudança na vida nacional. O reforço da CDU nas eleições para o Parlamento Europeu representa a mais sólida garantia para dar força à exigência da imediata renegociação da dívida pública nos seus montantes, juros, prazos e condições de pagamento, rejeitando a sua parte ilegítima.

A contestação às políticas da União Europeia adquiriu dimensões há muito não vistas no continente europeu. Os trabalhadores e os povos reconhecem cada vez mais a União Europeia e sobretudo a UEM -o Euro- como um processo contrário aos seus interesses e aspirações.

As eleições para o Parlamento

Europeu de 25 de Maio são uma oportunidade importante para, pelo voto na CDU, não só expressar o isolamento do actual governo e a rejeição das suas políticas, mas também reforçar as vozes que no Parlamento Europeu defendem uma outra Europa; a rejeição do Tratado Orçamental e Governação Económica e do tratado de Lisboa; a revisão das políticas comuns de pesca e agrícola com um desenvolvimento harmonioso de todo o espaço Europeu, com protecção das economias mais débeis e centrado no homem; a rejeição da união bancária.

Outra Europa é possível, pela convergência das forças do progresso e da paz, pelas lutas dos trabalhadores e dos povos. O voto na CDU a 25 de Maio nas próximas eleições Europeias é o voto útil nessa direcção!

O programa e direcções de trabalho dos candidatos da CDU ao Parlamento Europeu, podem ser vistos na página :

<http://www.pcp.pt/declaração-programática-do-pcp-para-eleições-para-o-parlamento-europeu>.

CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



JUNTA-TE A NÓS! LUTA E RESISTE COM O PCP

Ficha para contacto

Se pretende aderir ou colaborar com o PCP preencha os seguintes dados os quais nos permite contactar consigo

NOME _____

MORADA _____

CÓDIGO POSTAL _____

TELEFONE _____ E-mail _____

Recorte e envie para:

www.pcp.pt